



**Governo do Estado de São Paulo**  
Secretaria de Governo  
Ouvidoria Geral do Estado

**Despacho**

**Assunto:** DECISÃO OGE/LAI nº 221/2020

**Número de referência:** PROTOCOLO SIC [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria Estadual da Educação

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Pedido de cópia das 3 últimas avaliações do PDI do próprio requerente de 2017, 2018 e 2019 (avaliação do superior imediato) devidamente assinadas pela chefia imediata. Informações incompletas. Envio extemporâneo. Adequado atendimento da demanda. Provimento negado.

**DECISÃO OGE/LAI nº 221/2020**

1. Trata o presente expediente de pedido formulado à Secretaria Estadual da Educação, número SIC em epígrafe, para acesso a cópia das 3 últimas avaliações do PDI do próprio requerente de 2017, 2018 e 2019 (avaliação do superior imediato) devidamente assinadas pela chefia imediata.
2. Em resposta e recurso, a Pasta indicou onde as informações estão disponibilizadas. Insatisfeito, o solicitante apresentou o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a esclarecer as alegações do requerente, a Pasta informou que as informações publicadas em meio digital têm valor jurídico. Cientificado, o requerente não concordou, reiterando o recurso.
4. Em análise do caso concreto, verifica-se que o ente atendeu corretamente a demanda, indicando o local correto para pesquisa das informações, de acordo com os arts. 7º, II e 11 § 1º da Lei nº 12.527/2011.
5. Cabe salientar que a Ouvidoria Geral do Estado e a Controladoria Geral da União possuem entendimento já firmado, asseverando que "a Lei de Acesso à Informação não ampara a formulação de consultas, reclamações e denúncias, bem como pedidos de providências para a Administração Pública Federal ou solicitações de indenizações. Os pedidos de acesso devem veicular, única e exclusivamente, o acesso a dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato". (Referência: 48700.000688/2014-71, Órgão ou entidade recorrido: ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica. Recorrente: A.L.S.S).
6. À vista do exposto, tendo o ente atendido adequadamente ao pedido de informações,

Classif. documental

006.03.02.001



**Governo do Estado de São Paulo**

Secretaria de Governo

Ouvidoria Geral do Estado

**conheço do recurso** e, no mérito, **nego seu provimento**, com fundamento no artigo 11, § 1º, II e § 4º c/c artigo 22 da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.

7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, para ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

São Paulo, 18 de setembro de 2020.

Vera Wolff Bava  
Ouvidora Geral do Estado  
Ouvidoria Geral do Estado